

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ESPGE



Residente Jurídico

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

FUNÇÃO: RESIDENTE JURÍDICO**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 01**

O Município Y possui 23 (vinte e três) servidores efetivos que exercem o cargo público de fiscal. Todos eles já adquiriram estabilidade e foram aprovados em período de estágio probatório. Contudo, de forma anual, mesmo após a aquisição da estabilidade, os servidores são submetidos à avaliação especial de desempenho. A possibilidade de estabelecimento de avaliação periódica de desempenho aos servidores públicos decorre do seguinte princípio administrativo:

- A) Eficiência.
- B) Legalidade.
- C) Publicidade.
- D) Impessoalidade.

Questão 02

Joana foi nomeada para exercer cargo de livre nomeação no órgão Y, no âmbito do Estado X. O ato de nomeação de Joana partiu do diretor do referido órgão, João, que também é seu marido. Considerando a Lei nº 8.429/1992 e o entendimento sumulado pelo STF, assinale a afirmativa correta.

- A) A nomeação de Joana configura nepotismo.
- B) A nomeação de Joana é ato regular e não padece de vício de legalidade.
- C) A nomeação de Joana não é válida, pois seria necessário prévio concurso público.
- D) A nomeação de Joana é válida se o ato for convalidado pelo Governador de Estado.

Questão 03

Eduardo encontra-se preso provisoriamente em uma unidade prisional do Município X. Durante uma briga generalizada entre os internos, agravada pela inércia dos agentes prisionais diante do caso, Eduardo é esfaqueado e acaba falecendo. A respeito da responsabilidade civil do Estado, considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) O Estado responde objetivamente pela morte de Eduardo.
- B) O Estado pode responder apenas de forma subjetiva pela morte de Eduardo.
- C) O Estado não tem responsabilidade por fatos ocorridos no âmbito de presídios e penitenciárias.
- D) O Estado não será responsabilizado pela morte de Eduardo, pois o evento teve origem em fato adverso, ou seja, uma briga provocada pelos próprios presos.

Questão 04

Em uma manhã de domingo, Marcos saiu para passear com a filha Maria. Foram caminhando até a “Praça da Felicidade”, local público onde comumente as pessoas se reúnem para a prática de esportes. Uma praça pública é considerada:

- A) Bem público dominical.
- B) Bem público de uso natural.
- C) Bem público de uso comum.
- D) Bem público de uso especial.

Questão 05

O Estado W aplicou uma multa de trânsito ao condutor do veículo T, por ter estacionado em local proibido. A multa aplicada pelo Estado W é considerada um ato administrativo:

- A) Punitivo.
- B) Negocial.
- C) Ordinatório.
- D) Enunciativo.

Questão 06

Rodolfo, servidor público, exerce a função de chefia no órgão Y e tem competência para editar determinado ato administrativo. Tal competência, estabelecida por lei, admite delegação. Em 01/01/2022, Astolfo pratica um ato administrativo, no exercício de competência delegada por Rodolfo. De acordo com o entendimento jurisprudencial, levando em consideração o caso hipotético, a responsabilidade do ato administrativo praticado é de:

- A) Rodolfo, a quem a lei confere diretamente a competência.
- B) Astolfo, que praticou o ato no exercício de competência delegada.
- C) Rodolfo, pois este tem responsabilidade pelos atos praticados através de sua delegação.
- D) Rodolfo, pois deve revisar todos os atos praticados no exercício de competência por ele delegada.

Questão 07

Diante da ocorrência de um terremoto, foi necessário que o poder público municipal pleiteasse o uso do terreno de um particular para que algumas famílias desalojadas pudessem se abrigar até que a situação de perigo cessasse. O caso narrado configura hipótese de:

- A) Desapropriação.
- B) Servidão administrativa.
- C) Limitação administrativa.
- D) Requisição administrativa.

Questão 08

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo pode criar órgãos no âmbito de sua estrutura interna de funcionamento, tendo como finalidade a melhor prestação dos serviços públicos. A tal distribuição interna dá-se o nome de:

- A) Otimização.
- B) Organização.
- C) Descentralização.
- D) Desconcentração.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 09**

São considerados direitos sociais, EXCETO:

- A) Educação e saúde.
- B) Moradia e transporte.
- C) Alimentação e trabalho.
- D) Proteção à maternidade, à infância e assistência aos desempregados.

Questão 10

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, inclusive comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- II. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que solicitarem.
- III. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- IV. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

Questão 11

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- C) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão terceirizado, representa a União, judicial, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- D) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Questão 12

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para, EXCETO:

- A) Inaugurar a sessão legislativa.
- B) Receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- C) Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
- D) Receber o compromisso do Presidente, do Vice-Presidente da República, do Governador do Distrito Federal e seu respectivo vice.

Questão 13

Segundo a Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos:

- A) Dois cargos de professor e um de militar das forças armadas.
- B) Um cargo de professor com outro de integrante das forças de segurança pública.
- C) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- D) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e a de um de militar das forças armadas.

Questão 14

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 3 (três) Senadores, com mandato de 8 (oito) anos.
- B) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- C) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário simples, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- D) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de 8 (oito) ou mais de 70 (setenta) Deputados.

Questão 15

Um Estado-Membro que possui 13 (treze) Deputados Federais, terá quantos Deputados na Assembleia Legislativa?

- A) 36
- B) 35
- C) 38
- D) 37

Questão 16

É possível afirmar que não haverá penas, EXCETO:

- A) De banimento.
- B) De caráter perpétuo.
- C) De trabalhos forçados.
- D) De morte, em nenhuma hipótese.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 17**

A empresa *Orange* Distribuidora Agrícola Ltda. foi demanda na Justiça do Trabalho, sendo requerida a concessão de tutela provisória de urgência em incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Assim, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

- A) Na fase de cognição, não cabe recurso de imediato.
- B) Na fase de execução, cabe agravo de petição, mediante de garantia do juízo.
- C) Caberá recurso de agravo de instrumento, se proferida pelo juízo de primeiro grau.
- D) Se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal, cabe recurso originário.

Questão 18

São características das reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, EXCETO:

- A) O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- B) A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias do seu ajuizamento.
- C) Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
- D) Valor que não exceda a 45 (quarenta e cinco) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

Questão 19

Cabem embargos da decisão não unânime de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de:

- A) 05 dias.
- B) 08 dias.
- C) 10 dias.
- D) 15 dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 20**

Considere que Antônio figurou como assistente simples em uma ação judicial cuja decisão, se vencedor o réu, ser-lhe-ia também favorável. Nos termos do Código de Processo Civil, sobre a intervenção de terceiros, assinale a afirmativa correta.

- A) Se o réu assistido for revel, Antônio, na condição de assistente, será seu substituto processual.
- B) Antônio pode figurar como assistente do réu sem, contudo, sujeitar-se aos mesmos ônus processuais.
- C) Constituída a assistência a favor do réu, este não poderá mais reconhecer a procedência do pedido.
- D) Se a ação transitar em julgado, o assistente não poderá, em novo processo, discutir a justiça da decisão.

Questão 21

São condições justificadoras do segredo de justiça, nos termos do Código de Processo Civil, EXCETO:

- A) Ação versar sobre união estável ou divórcio.
- B) Ação versar sobre qualquer cumprimento de carta arbitral.
- C) Existência, na ação, de um direito constitucional à intimidade.
- D) Declaração de um interesse público específico incidente sobre a ação.

Questão 22

No que se refere ao Código de Processo Civil, são aplicáveis ao registro do ato processual eletrônico:

- A) Integridade; temporalidade; não repúdio.
- B) Confidencialidade; repúdio; dados abertos.
- C) Padrões abertos; identificação; autenticação.
- D) Autenticidade; atemporalidade; conservação.

Questão 23

Nos termos do Código de Processo Civil, em relação à citação, assinale a afirmativa correta.

- A) A ausência de citação do réu necessariamente conduz à invalidação do processo.
- B) Na hipótese de rejeição da alegação de nulidade de citação, cabe recurso de apelação.
- C) Nos atos de comunicação por carta precatória, a citação compete ao juiz deprecante.
- D) A nulidade da citação do executado é suprida por seu comparecimento espontâneo.

Questão 24

Alice, gestante e constituída nos autos como única advogada de Felício, no curso do processo, teve intercorrências médicas que resultaram no parto antecipado da criança. Nos termos do Código de Processo Civil, a situação narrada:

- A) Assim como no caso de adoção, é causa de suspensão do processo de Felício.
- B) Admite a dilação de alguns prazos, como o de apresentação de contestação.
- C) Não interfere no andamento processual, salvo se comprovada condições especiais da criança.
- D) Suspende o processo, sendo este direito não extensível ao advogado, único patrono, caso se torne pai.

Questão 25

Quanto aos recursos, conforme dispõe o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Ministério Público pode interpor recurso tanto como parte quanto como fiscal da lei.
- B) O recorrente, após obter anuência dos litisconsortes, poderá apresentar desistência do recurso.
- C) O feriado local, diferentemente do feriado nacional, deve ser contado como dia útil processual.
- D) Se, na audiência, for proferida sentença, o prazo para embargos de declaração será de 15 (quinze) dias.

Questão 26

Em determinada petição inicial, o advogado fez constar um pedido de reconhecimento de inexistência de dívida e, se indeferido o primeiro, um segundo pedido de parcelamento da dívida. Nos termos do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) O pedido é ilícito, pois é vedado fazer mais de um pedido quando entre eles não haja conexão.
- B) Até o prazo para a contestação, o advogado poderá aditar ou alterar o pedido, excluindo um deles.
- C) A hipótese ofende a boa técnica processual, já que o pedido deve ser certo e não contraditório.
- D) O pedido em ordem subsidiária é lícito, devendo o juiz conhecer o posterior após não acolher o anterior.

Questão 27

Nos termos do Código de Processo Civil, algumas matérias, preliminares ao mérito na contestação, devem ser conhecidas de ofício pelo juiz. É considerada como matéria prejudicial de mérito e não preliminar de mérito a alegação de:

- A) Ocorrência de prescrição.
- B) Demonstração de conexão.
- C) Configuração de perempção.
- D) Incorreção do valor da causa.

Questão 28

Em determinado processo foi deferida a prova pericial de engenharia. Entretanto, o assistente técnico da parte ré não foi intimado da data da perícia. Posteriormente, requereu esclarecimentos sobre o laudo, em quesitação suplementar, sem nada referir sobre a ausência de sua intimação. Todos os quesitos apresentados pelo assistente técnico do réu foram respondidos. Após a sentença, que foi de parcial procedência, o demandado alegou em seu recurso a nulidade da prova pericial, uma vez que não fora intimado da data da vistoria. Neste caso:

- A) Sem prejuízo provado não há por que anular a sentença, que é válida e eficaz.
- B) O recurso deve ser provido e a sentença anulada, para que a perícia seja refeita.
- C) O recurso deve ser improvido, ante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- D) Sendo a sentença baseada exclusivamente no laudo, será nula por cerceamento de defesa.

Questão 29

Ato pelo qual o réu requer a ampliação do polo passivo da relação processual para que, no caso de procedência da demanda, também aquele que vier compor o polo passivo seja condenado, valendo a sentença como título executivo judicial em face deste. A definição anterior diz respeito à(ao):

- A) Denúnciação à lide.
- B) Assistência litisconsorcial.
- C) Chamamento ao processo.
- D) Litisconsórcio passivo necessário.

Questão 30

Em relação à jurisdição, pode ser afirmado que é a função que o Estado exerce quando substitui a vontade dos titulares dos interesses em conflito pela vontade do direito objetivo que rege a controvérsia apresentada, promovendo a pacificação individual das partes e da sociedade. Considerando a definição anterior, é correto afirmar que:

- A) A existência da lide é fator determinante para o exercício da jurisdição.
- B) A jurisdição é uma expressão do princípio constitucional da soberania nacional.
- C) Há multiplicidade de jurisdições nacionais, ante a realidade federativa do Estado brasileiro.
- D) Trata-se de atividade monopolizada pelo Estado, que não pode ser exercida por terceiros.

Questão 31

A suspensão do processo equivale a uma vedação da prática de atos processuais, salvo aqueles de urgência. Desse modo, é causa de suspensão do processo:

- A) A prisão do réu.
- B) A convenção das partes.
- C) A mudança de advogado.
- D) Estar o réu em local incerto.

Questão 32

Em determinado concurso público o candidato pretende ingressar na condição de afrodescendente, assim se autopromovendo. Ocorre que a comissão de concurso especialmente nomeada para verificar as autodeclarações não corroborou tal afirmação e ele foi excluído do certame. Houve recurso administrativo não acolhido. Sem juntar outras provas, o candidato ingressa com mandado de segurança pretendendo recorrer. Na hipótese descrita:

- A) É possível o mandado de segurança, já que a autodeclaração é suficiente para a designação da condição étnica do candidato.
- B) O mandado de segurança não é recurso; porém, como houve ato administrativo evidentemente abusivo, é cabível na hipótese.
- C) Cabe ao magistrado analisar o caso e autorizar a prova requerida pelo candidato, ante o princípio da dignidade da pessoa humana.
- D) O parecer emitido, quanto ao fenótipo do candidato, ostenta natureza de declaração oficial, sendo dotado de fé pública, não havendo prova robusta a infirmá-lo.

Questão 33

No processo civil constitucional implantado pelo Código de 2015, as provas pertencem ao processo e não às partes, devendo ser produzidas em cooperação, tendo o Magistrado o dever de valorar de forma motivada cada prova como independente e autônoma, sem levar em consideração por quem ela foi produzida. O princípio que retrata esta diretriz do Código de Processo Civil (CPC) é o de:

- A) Persuasão racional.
- B) Livre convencimento.
- C) Liberdade das formas.
- D) Razoabilidade das decisões.

Questão 34

Trata-se de decisão que, em cumprimento de sentença proferida em Ação de Desapropriação para fins de Reforma Agrária, rejeitou impugnação aos cálculos do valor remanescente, na qual o ora recorrente se insurge contra o percentual e a base de cálculo dos juros compensatórios fixados no título executivo, havendo trânsito em julgado da sentença impugnada desde 1998. Ocorre que em 17/05/2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento da ADI 2.332/DF, estabelecendo parâmetros diversos daqueles constantes do título executivo para a fixação dos juros compensatórios, pelo que o impugnante afirma que cabe a alteração da base de cálculo e do percentual dos juros compensatórios. Considerando os fatos narrados, é correto afirmar que:

- A) É viável a alteração dos juros compensatórios, desde que proposta a respectiva ação rescisória.
- B) Havendo vício de inconstitucionalidade na hipótese dos autos, é viável a correção dos juros compensatórios.
- C) É possível a alteração dos juros compensatórios em decorrência da aplicação do princípio que veda o enriquecimento sem causa.
- D) É inviável a alteração dos juros compensatórios, uma vez que houve o trânsito em julgado da sentença antes da mudança da decisão do STF e alteração do Código de Processo Civil (CPC).

DIREITO CIVIL**Questão 35**

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) Um governo estrangeiro pode ter sede diplomática no Brasil; porém, lhe é vedado adquirir bens imóveis ou investir em fundos imobiliários.
- B) A lei ordinária entra em vigência, como regra, na data de sua publicação; todavia, a lei complementar vigorará 90 (noventa) dias após sua divulgação oficial.
- C) O magistrado decidirá os casos a ele submetidos com base em princípios gerais do direito, costumes ou mesmo analogia, nas hipóteses em que a lei for omissa.
- D) Uma súmula administrativa, emitida por um Tribunal de Contas, tem caráter vinculante para o órgão a que se destina, não se aplicando o efeito vinculante para respostas a consultas.

Questão 36

Quanto à cláusula penal, nos termos da Lei nº 10.406/2002, assinale a afirmativa correta.

- A) A cláusula penal deve cominar valor maior ou igual ao da obrigação, se assim dispuser o credor.
- B) A cláusula penal pode se referir, meramente, à mora no cumprimento de determinada obrigação.
- C) A natureza e a finalidade do negócio jurídico determinam se a cláusula penal é de detenção ou multa.
- D) A aplicação da cláusula penal exige a comprovação da conduta dolosa, sendo vedada no caso de culpa.

Questão 37

Em relação ao instituto da novação no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma novação extingue o principal e as obrigações acessórias, não incidindo, contudo, sobre a garantia da dívida.
- B) A novação feita com o devedor principal, sem ciência do fiador, garante a este exonerar-se da obrigação.
- C) A novação não será juridicamente aceita se o devedor suceder a outro, ficando este quite com o credor.
- D) Uma obrigação nula ou extinta pode ser objeto de novação, vedando-se a aplicação do instituto para as obrigações anuláveis.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 38**

Após ser aprovado no vestibular para o curso de economia em duas universidades, uma pública e outra particular, um estudante é informado por um colega que ambas as instituições realizam cobrança de taxa de inscrição. Considerando todos os diferentes níveis de formação que as instituições de ensino superior oferecem, a cobrança em questão é:

- A) Inconstitucional tanto para a universidade pública quanto para a universidade privada.
- B) Constitucional para os cursos de graduação nas universidades públicas e privadas.
- C) Constitucional para cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos por universidade pública.
- D) Inconstitucional apenas no caso de inscrição em curso de pós-graduação em universidade pública.

Questão 39

O instituto da imunidade tributária compreende o direito fundamental à liberdade de crença. A limitação constitucional ao poder de tributar envolve:

- A) As maçonarias, em cujas lojas são praticadas atividades de cunho místico.
- B) Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidade de cunho religioso.
- C) Os prédios destinados ao culto, e, também, o patrimônio, a renda, os investimentos e os serviços da entidade.
- D) Os templos religiosos de qualquer culto, isto é, exclusivamente o local dedicado especificamente ao culto religioso.

Questão 40

Nova contribuição social, incidente sobre a aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social do trabalhador, é instituída tendo por finalidade financiar a seguridade social, sendo adotadas alíquotas regressivas de acordo com o valor do teto legal do benefício. A nova exação é criada por meio de Lei Ordinária, sendo exigível decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da norma. De todos os elementos descritos a respeito do tributo, está em conformidade com o ordenamento jurídico:

- A) A previsão de *vacatio legis* nonagesimal.
- B) A incidência da contribuição sobre aposentadoria.
- C) A instituição da contribuição por meio de Lei Ordinária.
- D) A adoção de alíquota regressiva de acordo com o valor do teto legal do benefício.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é, de caráter eliminatório e classificatório, é constituída de uma Peça Processual que será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 40 (quarenta) linhas e máxima de 120 (cento e vinte) linhas, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- O candidato receberá nota 0 (zero) na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado; de não haver texto; de conter número de linhas inferior ao limite mínimo; de manuscruver em letra ilegível; ou de grafar por outro meio que não o determinado nos termos do edital; e, no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	Pontos por questão
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	20 pontos
Aspectos Técnicos	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria e pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto, bem como os aspectos processuais envolvidos.	80 pontos
TOTAL DE PONTOS:		100 pontos

Considere que Analice Silva seja aposentada no cargo efetivo de Técnico Superior em Educação – especialidade Pedagogo, junto ao Município de Vitória e tenha sido recentemente aprovada em concurso público para exercer outro cargo efetivo de Pedagoga, nos quadros do Estado do Espírito Santo. Ao ser convocada para apresentação de documentos, a Secretaria Estadual de Educação – ES negou a posse, sob o fundamento de afronta ao princípio constitucional da vedação de acumulação de cargos públicos. Todavia, foi-lhe oferecida a possibilidade de renunciar aos proventos da aposentadoria municipal podendo, então, assumir o cargo estadual. Indignada, Analice, por seu advogado, propôs uma ação de procedimento comum, em que requer ao juiz, apenas, a declaração de legalidade da acumulação. Em síntese, sustenta que: a) a Constituição permite a acumulação de funções de magistério; b) não há incompatibilidade de horários, pois já é aposentada no vínculo anterior; e, c) a aposentadoria no cargo anterior ocorreu há mais de 5 (cinco) anos e não pode mais ser renunciada, tendo em vista a vedação de a Administração Municipal anular seus atos que geram efeitos favoráveis para terceiro de boa-fé.

Na condição de Residente Jurídico, redija a minuta da Peça Processual de resposta, a ser apresentada em juízo pela Procuradoria-Geral do Estado. Aborde: identificação adequada da peça; endereçamento; partes; tempestividade; fundamentação; e, pedidos.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PROCESSUAL)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO



61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO









INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Processo Seletivo, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Peça Processual) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
5. As provas terão duração de 5 (cinco) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Peça Processual).
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Peça Processual), devidamente assinados em local específico.
7. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
9. Para levar consigo o Caderno de Provas deverá permanecer até os últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término das provas. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o Caderno de Provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h do dia subsequente ao da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (segunda-feira).

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Processo Seletivo no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Processo Seletivo.